execução do contrato, sugerindo medidas corretivas ou preventivas quando cabível.

Parágrafo único: O fiscal que atestar o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato responderá solidariamente perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Art. 3º O Fiscal contará, no desempenho de suas funções, com o auxílio da assessoria jurídica, do controle interno e de outros setores do órgão ou da entidade, quando necessário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Rodrigo Amorim Oliveira Nunes

Secretário de Estado de Cultura

(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 17619, datada de 11 de junho de 2026.)

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUÍ – SECULT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 089/2026	
Nº do processo SEI	00022.002365/2025-87
Modalidade de Licitação	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 017/2025– CONTRATO
Fundamento Legal	Lei nº 14.133/2021, bem como com o Decreto Estadual n. 21.872/2023, com o Decreto Estadual nº 15.093/2013.
Nome do Contratante	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUÍ – SECULT
CNPJ do Contratante	05.782.352/0001-60
Codificação da UG no SIAFE	510101
Contratado	VEGAS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ do Contratado	04.686.175/0001-55
Resumo do Objeto do Contrato	Contratação de empresa especializada, com comprovada capacidade técnica, para a "CONSTRUÇÃO DO CEU DA CULTURA NO BAIRRO LIVRAMENTO NO MUNICÍPIO DE TERESINA PI (NOVO PAC),em regime de execução semi-integrada, conforme as condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Prazo de Vigência	Até 31 de dezembro de 2027.
Prazo de Execução	240 (duzentos e quarenta dias).
Valor Global do Contrato	R$ 1.714.000,00 (um milhão, setecentos e quatorze mil reais).

Data da Assinatura	10/06/2026	
Fonte de Recurso	0700001001 - Convênio nº 005433/2024 Caixa-Contrapartida nº 754 - Recursos de Operações de Crédito.	
Natureza da Despesa	449051 - Obras e Instalações	
Signatários do Contrato	**Contratante:**	Rodrigo Amorim Oliveira Nunes
	Contratado:	Phablo Fernando Sales Silva

PORTARIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA Nº 024/2026.

Teresina-PI, 10 de junho de 2026.

Designa servidora capacitada para realizar a Fiscalização do Contrato Administrativo nº 089/2026, advindo da Concorrência Eletrônica nº 017/2025.

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos previstos no art. 7º da referida Lei, ou por seus respectivos substitutos, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 21.872/2023, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Piauí, dispositivos da nova Lei de Licitações e Contratos;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora abaixo relacionada, para realizar a Fiscalização da Execução do Contrato nº 089/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada com comprovada capacidade técnica, para a "CONSTRUÇÃO DO CEU DA CULTURA NO BAIRRO LIVRAMENTO NO MUNICÍPIO DE TERESINA PI (NOVO PAC), em regime de execução semi-integrada, conforme as condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.

CARGO	SERVIDOR	MATRÍCULA
Fiscal de Contrato	DÉBORA BORBA NEVES	445251-8
Suplente	JOAQUIM LUCAS DE SOUSA PAIXAO	430193-5

Art. 2º As atribuições do Fiscal de Contrato são aquelas previstas no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, conforme segue, acrescidas das seguintes, destacando-se, notadamente:

I. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando as medidas necessárias para a regularização de faltas ou defeitos observados;

II. Informar a seus superiores, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providência que ultrapassem sua competência;

III. Fiscalizar a execução dos contratos, comunicando ao gestor do órgão eventuais vícios ou irregularidades verificadas na execução por parte do contratado;